

**X Plenário
apresenta
suas metas
e projetos**

pág. 3

**Fórum Social:
alternativas
à lógica do
neoliberalismo**

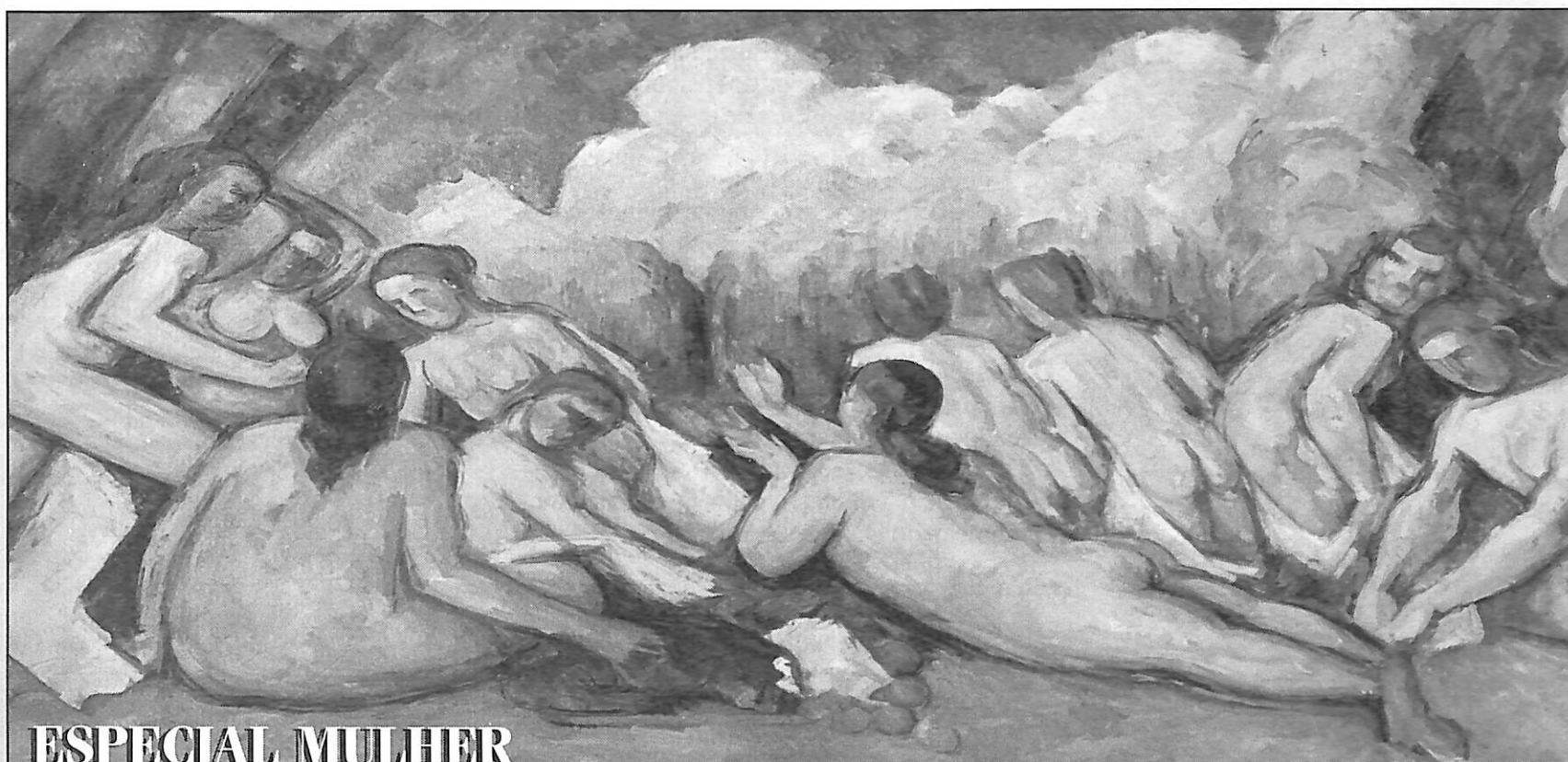
pág. 6

**Psicólogos da
área de RH têm
de se registrar
no CRA?**

pág. 7

**Seminários,
cursos e
notícias de
seu interesse**

pág. 4, 5 e 14

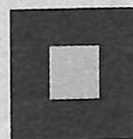


ESPECIAL MULHER

O Feminino e a transformação da realidade social - pág. 8 a 12

**JORNAL
DO PSICÓLOGO**

**BELO HORIZONTE
ANO 19 Nº 72
ABRIL 2002**



**CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
CRP-04**

JTP

ED	Editorial.....	2
IN	Institucional.....	3
IF	Informe.....	4,5 e 14
PO	Políticas.....	6
JU	Jurídico.....	7
UN	Universidade.....	8-10
EN	Entrevista.....	11,12
PE	Perspectivas.....	13
OR	Orientação.....	15
L	Leitura.....	15,16

Quartas no Conselho

Confira a programação para este trimestre:

Dia 24 de abril: "A mulher no século XXI: desafios e perspectivas". Mesa redonda com as psicólogas Marisa Sanabria, Lúcia Afonso e Zeahira Souki. Durante o evento, serão abertas inscrições para uma Oficina sobre a Mulher, oferecida pelo CRP-04 e coordenada por Marisa Sanabria. Os vinte primeiros inscritos poderão participar da oficina, no sábado, dia 27 de abril.

E mais:

Dia 8 de maio: "Trabalho: saúde e segurança ocupacional"

Dia 22 de maio: Mesa redonda e lançamento do livro "A instituição sinistra - Mortes violentas em Hospitais Psiquiátricos no Brasil", editado pelo CFP e organizado por Marcus Vinicius Silva.

Dia 5 de junho: "Psicopedagogia: Uma profissão?"

Dia 19 de junho: "A ética e as novas formas do sintoma na contemporaneidade"

Dia 3 de julho: "Psicólogos e políticas públicas"

Dia 17 de julho: "O psicólogo e a participação política"

CARTA DA REDAÇÃO

Leia, avalie e dê sua contribuição

Há muito já se sabe que a pessoa mais importante para um jornal é o leitor. Sem ele, a publicação não tem razão de existir. A partir desta edição, o Jornal do Psicólogo retoma sua periodicidade trimestral, com o compromisso de levar até você um veículo atual, agradável de se ler e rico em conteúdo.

Gostaríamos, para tal, de receber as manifestações da categoria, para que possamos, juntos, aprimorar nosso veículo de comunicação. Queremos abrir, desde já, espaço para os psicólogos opinarem sobre o JP, contribuindo com as futuras edições. Críticas e sugestões são sempre bem vindas.

Estaremos realizando algumas alterações gráficas no jornal na próxima edição. Dessa forma, sugestões podem ser encaminhadas à Câmara de Comunicação Social do CRP-04, por carta, no endereço do Conselho, ou por e-mail, no endereço eletrônico crp04@crp04.org.br

ENVIE SUA SUGESTÃO PARA
O JORNAL DO PSICÓLOGO

EDITORIAL

É com imenso prazer que retomamos o contato com os leitores do Jornal do Psicólogo, após um período relativamente longo

No ano em que estaremos comemorando os 40 anos da Psicologia como Profissão, temos a satisfação de constatar um relativo reconhecimento, por parte da sociedade, do papel nela desempenhado pela atuação profissional do psicólogo. Isso se deve aos importantes investimentos realizados, nos últimos anos, pelo Sistema Conselho e entidades ligadas à Psicologia, buscando a qualificação da categoria e a apresentação dos temas de sua competência para a sociedade. Os Congressos Regionais e Nacional realizados no ano passado demarcaram os anseios dos psicólogos e indicaram novas possibilidades de inserção profissional da categoria.

O Jornal do Psicólogo tem sido um importante veículo de comunicação que busca divulgar notícias de interesse da categoria, contribuindo, desta forma, para o fortalecimento da Psicologia como Ciência e Profissão.

Como o leitor pode conferir ao longo dessas páginas, procuramos manter a qualidade editorial do JP, aprofundando-nos em algumas questões e trazendo outras à tona para reflexão.

Dedicamos, nesta edição, um espaço para a análise da questão feminina, em função da recente comemoração do Dia Internacional da Mulher, em março, mas também pela importância permanente do tema em uma sociedade em processo acelerado de transformação, que impõe inúmeros desafios à mulher.

Apresentamos as principais diretrizes do X Plenário para que a categoria possa acompanhar os seus projetos e deles participar. Todos, em última instância, pretendem contribuir para a transformação da realidade, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária em um país que apresenta ainda altos níveis de desigualdade social. Coerente com esses propósitos, o Conselho Regional de Psicologia - 4ª. região esteve presente nos debates do II Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre, em janeiro deste ano, que também será tema de um artigo nessa edição. Inúmeros outros assuntos encontram-se ao longo das próximas páginas, que esperamos ser do maior interesse de todos.

ED
Editorial

Expediente

X PLENÁRIO

Alexandre Farah Gieseke • Célia Mesquita • Daisy Fátima Xavier de Souza • Dannusa Gomes Prates • Humberto Cota Verona • Jairo Tadeu Guerra • José de Almeida Guedes • José Ribeiro de Moura • Júnia Maria Campos Lara • Lourdes da Silva Barbosa • Lúcia Helena Schmidt • Lúcia Luzzi Aquino Ferreira de Freitas • Luciana Maria Silva Franco • Maria José Vilela Lamounier • Marta Elizabete de Souza • Milton dos Santos Bicalho • Paula Ângela de Figueiredo e Paula • Paulina Horta Liza • Paulo Sérgio dos Prazeres • Paulo Roberto Borges Ceccarelli • Renato Luz • Rita de Cássia Vieira • Roberto da Silva Sales • Roberto Chateaubriand Domingues • Samyra Assad • Sandra Maria Garcia de Aquino

DIRETORIA

Milton dos Santos Bicalho: Presidente
Marta Elizabete de Souza: Vice-Presidente
Daisy Fátima Xavier de Souza: Tesoureira
Humberto Cota Verona: Secretário
Conselho Regional de Psicologia 4ª Região (MG/ES) CRP-04
Rua Timbiras, 1532 - 6º andar - Lourdes
Cep 30140-061 - Belo Horizonte/MG
Telefax: (31) 213-6767 - e-mail: crp04@crp04.org.br
www.crp04.org.br

• Seção Espírito Santo
Rua Ferreira Coelho, 330 - salas 805/806/807
Ed. Eldorado Center - Praia do Suá - Vitória/ES - Cep 29055-280
Tel.: (27) 3324-2806

• Escritórios setoriais do CRP-04 em Minas Gerais
Triângulo Mineiro (ESTM)
Escritório de Uberaba - Conselheiro: Renato Luz
Rua Alaor Prata, 23 - sala 605 - Centro - Ed. Os Bandeirantes
Uberaba/MG - Cep 38010-050 - Tel.: (34) 3312-5694
Escritório de Uberlândia - Conselheira: Maria José Vilela Lamounier - Rua Floriano Peixoto, 615 - sala 404 - Centro
Uberlândia/MG - Cep 38406-046 - Tel.: (34) 3235-6765

• Região Sudeste (EZM)
Conselheiros: José de Almeida Guedes e Lúcia Helena Schmidt - Avenida Barão do Rio Branco, 2001 - salas 1307/1308
Centro - Juiz de Fora/MG - Cep 36016-311 - Tel.: (32) 3215-9014

• Sul de Minas (ESM)
Conselheira: Sandra Maria Garcia de Aquino - Rua Comendador José Garcia, 27 - sala 904 - Centro
Pouso Alegre/MG - Cep 37550-000 - Tel.: (35) 3423-8382

JP JORNAL
DO PSICÓLOGO

Informativo do Conselho de Psicologia - CRP-04

Coordenação Editorial:

Câmara de Comunicação Social do CRP-04 - Lúcia Aquino (Presidente), Humberto Cota Verona e Rita de Cássia Vieira

Jornalista responsável:

João Carlos Firpe Penna (jcpenna@uol.com.br)
Reg. Prof.: MG 3362 JP

Reportagem, redação e edição:

Eliara Santana e João Carlos Firpe Penna
Texto & Arte Jornalismo e Consultoria Empresarial
Fone: (31) 3344-1658 - Fax: (31) 3344-0368

Diagramação:

Elinara Ferreira

Impressão:

Fumar

Tiragem:

16 mil exemplares

* Ilustração de capa: detalhe do quadro "Grandes Banhistas" (1905), do pintor impressionista Paul Cézanne

X Plenário: O compromisso social da Psicologia

O X Plenário do CRP-04 já realizou o seu Planejamento Estratégico, que definiu os principais projetos e ações para os próximos anos frente à entidade. Conselheiros, assessores e funcionários da autarquia participaram, nos dias 8, 9 e 10 de março, na Escola Sindical 7 de Outubro, da construção desse planejamento.

As principais plataformas políticas do X Plenário estão voltadas para o compromisso social da psicologia, a visão de que o CRP-04 deve cuidar da profissão com transparência e visibilidade, inclusive financeira, e a determinação de se trazer o psicólogo para o cotidiano da entidade.

Essas idéias e diretrizes foram sistematizadas no Planejamento Estratégico do CRP-04, definindo os projetos para a gestão da autarquia. Os seis projetos sistematizados no encontro e suas principais ações são os seguintes:

• PROJETO DE RELAÇÕES EXTERNAS:

Articulação do Conselho com outras entidades de classe, com a categoria e com a sociedade em geral, visando construir uma política sólida de relações externas para o CRP-04. Várias campanhas serão elaboradas e executadas com diversos segmentos da sociedade, através de projetos transformadores. Uma delas – mais imediata – refere-se à violência urbana, que vem tendo um forte impacto na sociedade. O Conselho quer interferir nessa cultura da violência. A entidade espera contar com a participação dos psicólogos e de outras categorias profissionais.

• PROJETO INSTITUCIONAL:

Refere-se à gestão interna do Conselho, visando dar agilidade e eficiência às ações da entidade junto à categoria e melhorar o atendimento do CRP, dando maior resolutividade às suas ações.

• PROJETO DE FORTALECIMENTO DAS CÂMARAS E COMISSÕES:

Através desse projeto, o Conselho espera estabelecer um contato mais objetivo e cotidiano com

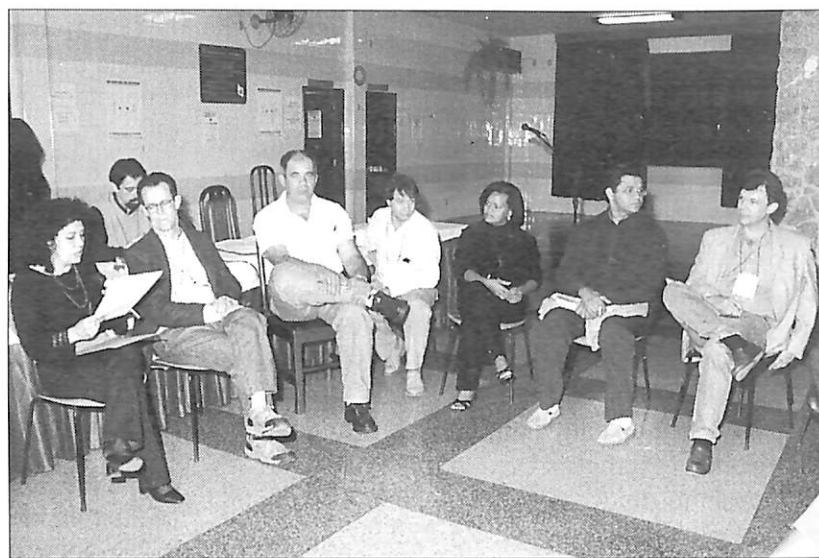
a categoria, com ações focadas nos temas das câmaras e das comissões. Espera-se, também, motivar os profissionais a trazerem suas experiências práticas de mercado nas diversas áreas de ação dessas Câmaras e Comissões: Ética, Saúde, Educação, Formação Profissional, Avaliação Psicológica, Orientação e Fiscalização, Comunicação Social, Psicologia Organizacional e do Trabalho, Trânsito, Esporte, Psicanálise e Direitos Humanos.

• PROJETO DE DESCENTRALIZAÇÃO:

As prioridades da área são o fortalecimento dos quatro escritórios regionais do Conselho em Minas e da Seção do Espírito Santo e a melhoria das relações da entidade com os profissionais do interior de Minas e Espírito Santo, envolvendo-os em projetos e ações em desenvolvimento. Será também elaborado o projeto para avançar rumo à criação do CRP-ES.

• PROJETO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

Tem como objetivo estabelecer uma política de comunicação social para o CRP-04 de forma a aprimorar a interlocução com a categoria, com as entidades ligadas à psicologia e com a sociedade em geral. Divulgar para a sociedade os seus direitos como usuária dos serviços de psicologia é uma das prioridades desse projeto. O Jornal do Psicólogo,



Membros do X Plenário em reunião de trabalho no IV Congresso Regional da Psicologia

as Quartas no Conselho e o Boletim Online serão as formas privilegiadas de comunicação com os psicólogos. O cadastramento dos endereços eletrônicos daqueles que têm acesso à Internet agilizará o repasse de informações e notícias e o contato direto com a categoria. O projeto prevê também a contratação de uma assessoria de comunicação para o CRP-04.

• PROJETO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

Essa é uma das áreas importantes de ação do Conselho. Para isso, será fomentada a criação de uma política de orientação e fiscalização com base em dois eixos: orientação para que o psicólogo ofereça, cada vez mais, serviços de qualidade à população e, por outro lado, fiscalização do exercício profissional para que a sociedade receba e reconheça os bons serviços prestados pelos psicólogos. Será realizado, ainda, um trabalho constante buscando a redução da inadimplência da categoria com o CRP-04 e do exercício ilegal da profissão, criando-se, para isso, os instrumentos jurídicos necessários.

A partir da execução das ações e metas dos seis projetos, o Conselho pretende cumprir seu papel junto à categoria – o de projetar a profissão, ampliando o seu compromisso com a sociedade.

Fique em dia

Este espaço de prestação de contas estará presente, a partir deste número, em todas as edições do Jornal do Psicólogo como uma forma de o X Plenário manter a mais transparente política de informação à categoria quanto aos gastos e aplicações de recursos da autarquia.

Na Assembléia de 26 de outubro de 2001, a categoria foi convocada para trocar idéias sobre a gestão do X Plenário, projetos a serem implantados, aprovação do orçamento e definição dos valores das anuidades de 2002.

A anuidade aprovada – R\$ 150,00 – é uma das menores entre as praticadas pelos conselhos regionais de psicologia de todo o país, e mesmo entre conselhos de outras categorias (exemplos com valores de 2001: Conselho de Administração, R\$ 165,00; Conselho de Medicina, R\$ 220,00; OAB, R\$ 411,95; Conselho de Terapia Ocupacional, R\$ 189,00; Conselho de Relações Públicas, R\$ 150,00; Conselho de Assistência Social, R\$ 186,70).

O valor estabelecido pelo CRP-04 levou em consideração as dificuldades econômicas e financeiras impostas à sociedade brasileira, os parâmetros fixados pela Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras (APAF) – do Sistema Conselhos de Psicologia e, ainda, o Projeto Político do CRP-04.

Em levantamentos realizados, constatamos um nível de 25% de inadimplência da categoria junto ao CRP-04. Esse percentual levamos a inferir que muitos psicólogos desconhecem que o Conselho é uma Autarquia Federal e, portanto, a anuidade é um tributo obrigatório previsto na legislação federal. O não pagamento da anuidade implica em penalidades diversas, como a configuração do inadimplente como devedor da União. Tal fato pode, inclusive, levar à perda do direito de exercer a profissão. **Não queremos que isso aconteça!**

**FIQUE LEGAL!
FIQUE EM DIA COM
A PSICOLOGIA!
PEGUE ESSE TREM!**

Acupuntura e Psicologia: participe deste debate

O CRP-04 realizará, através da Câmara de Psicologia e Saúde (CPS), uma mesa redonda sobre a acupuntura, que deverá subsidiar as discussões que estão sendo conduzidas pelo CFP sobre a possibilidade de a acupuntura ser regulamentada como uma técnica auxiliar da nossa profissão.

No Brasil, várias profissões têm assumido a acupuntura como técnica do seu campo de saber. Alguns acupunturistas querem se constituir como uma nova profissão na área da saúde; outros, não. E há quem defenda a prática da acupuntura somente pelos médicos.

O evento será no dia 27 de abril, sábado, de 8h às 17h. Trata-se de um debate de extrema importância para a categoria, já que suscita questões éticas, políticas e de mercado.

Os convidados abordarão questões como a epistemologia das ciências em saúde, a Acupuntura e a Psicologia e os projetos de lei brasileiros de regulamentação da profissão. Será discutida também a proposta de resolução do CFP sobre a matéria.

Reserve o dia na sua agenda! O local, nomes dos palestrantes e debatedores serão divulgados em breve. Se você já tiver cadastrado seu e-mail no CRP-04, receberá a notícia em casa.

Exposição de Miró

O dia 13 de fevereiro foi especialmente movimentado no Palácio das Artes. Na ocasião, 120 usuários dos serviços de saúde mental de BH e Betim visitaram a exposição do pintor espanhol Miró. A visita foi uma iniciativa do CRP-04, em parceria com o Fórum Mineiro de Saúde Mental e o Centro Cultural Brasil-Espanha.

Luta Antimanicomial

Dando continuidade ao seu histórico apoio ao movimento de luta pelo fim dos manicômios, o CRP-04 estará participando ativamente do Dia Nacional de Luta Antimanicomial, no dia 18 de maio próximo.



Informe

Acompanhe a série: "Não é o que parece"

Nesse ano de 2002, a Psicologia como profissão completa 40 anos. Neste sentido, queremos oferecer, de presente à sociedade brasileira, uma perspectiva de reflexão sobre seus problemas a partir da dimensão subjetiva.

Para isso, o Sistema Conselho produziu, com apoio do Canal Futura, a série "Não é o que parece". Trata-se de oito programas que serão exibidos semanalmente, a partir de 05 de abril, sempre às 22h30 (com reprise aos sábados, às 20h30), até o final de maio. Os Conselhos de Psicologia estarão no ar, em parceria com o Canal Futura. Veja a programação:

- 05 de abril:
"Viva a Diferença"
- 12 de abril:
"Com quem você pensa que está falando?"
- 19 de abril:
"Eu lembro, Eu sou"
- 26 de abril:
"Indivíduo e Coletivo"
- 03 de maio:
"Você tem medo de quê?"
- 10 de maio:
"Liderança: Profissão Impossível"
- 17 de maio:
"Trabalho, trabalho"
- 24 de maio:
"Razão e Emoção"

Cadastramento de e-mails

Atenção, psicólogos!

Com o intuito de aprimorarmos ao máximo nossa comunicação com a categoria, estamos realizando um amplo cadastramento dos endereços eletrônicos dos psicólogos inscritos no CRP-04.

Para isso, sua participação é fundamental. Envie-nos o quanto antes o seu e-mail, para que ele passe a constar em nossos arquivos, agilizando os contatos em seu próprio benefício.

Envie seu e-mail para o endereço:

crp04@crp04.org.br

Vamos criar nosso Centro Cultural

O X Plenário está trabalhando para concretizar a proposta de criação de um Centro Cultural dos psicólogos, aberto para a divulgação, exposição e circulação de trabalhos e idéias da categoria e de parceiros e outras entidades da sociedade civil. Será um centro de reflexões e articulações, no qual haverá, ainda, uma biblioteca e espaços para atividades recreativas e culturais.

Títulos de especialistas

As solicitações para obtenção de títulos de especialistas, encaminhadas ao CRP-04, continuam sendo analisadas. Até a data limite estipulada para a entrega dos documentos, 17/12/2001, foram enviados 2.346 pedidos. Desses, 1.132 já foram analisados e os psicólogos que tiveram suas solicitações deferidas já estão recebendo a sua titulação. Os 1.214 processos restantes continuam em processo de análise. O CRP-04 espera, o mais breve possível, concluir este trabalho.

Círculo Psicanalítico

O Círculo Psicanalítico de Minas Gerais (CPMG) oferece, este ano, formação em Psicanálise em três tempos, a saber: o tempo do saber, o tempo do fazer e o tempo da instituição. O tempo do saber aborda aspectos da Teoria da Psicanálise, como conceitos fundamentais, formação do psicanalista e psicopatologia psicanalítica. A formação teórico-clínica compreende o tempo do fazer, fundamentado no método psicanalítico, referenciado nos textos freudianos, de Lacan e de outros autores pós-freudianos. A instituição mantém atividades permanentes para os sócios, através de cursos complementares, grupos de estudo, produção de textos, leituras, releituras e professores convidados. Mais informações pelo telefone 3223-6115 ou pelo e-mail www.cpmg.org.br

O seminário livre ocorre todas as segundas quintas-feiras do mês, às 20h30, no CPMG. O endereço é rua Pirapetinga, n.º 322, sala 504, no bairro Serra.

Apresentação do X Plenário

No dia 23 de março, no restaurante João Rosa, o X Plenário do CRP-04 foi apresentado à sociedade de Minas Gerais e do Espírito Santo. O evento teve como objetivo reafirmar parcerias, reavivar alianças e apresentar os projetos do X Plenário para a sua gestão. A mesa do evento foi composta por: Milton dos Santos Bicalho, Conselheiro Presidente CRP-04; Fernanda Otoni, representante da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEP); Andréia Maris Campos Guerra, da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO); José Francisco da Silva, Secretário-adjunto de Estado de Direitos Humanos; Francisco José Machado Viana, Conselheiro-Tesoureiro do Conselho Federal de Psicologia; e Mauro Fernando Schimidt, Secretário da Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI).

O discurso do Conselheiro Presidente, Milton dos Santos Bicalho, apontou questões como: a cultura de submissão que se desenvolve em nossa sociedade, marcada por extrema desigualdade social; o eficiente controle subjetivo, e que a mudança social em nível macropolítico, macrosocial diz respeito também à questão da produção da subjetividade.

Cabe mencionar trechos deste discurso: *"Sartre afirmou que 'o que importa não é o que fizeram do homem, mas o que ele faz com o que fizeram dele'. Poderíamos perguntar a Sartre: se é esse caldo de cultura que produz e molda a subjetividade, como poderiam os segmentos submetidos resistir, inovar, recriar uma outra política?"*

Isto nos coloca um desafio, pois nos mostra que além do peso da determinação do inconsciente temos que nos deparar com o peso da determinação histórica. O que o sujeito pode fazer daquilo que o determina.

É a compreensão desse desafio que colocou os Conselhos de Psicologia do Brasil sob a insígnia: 'O compromisso social da Psicologia'.

Entendemos que o futuro da Psicologia passa necessariamente pela capacidade dos psicólogos de interpretar a realidade social na qual estão inseridos. Uma realidade marcada por uma sociedade extremamente desigual, com péssima distribuição de renda e produção de milhões de excluídos. Se a Psicologia não for capaz de interpretar e intervir na realidade, ela estará sem perspectiva para o futuro. O paradigma tradicional da Psicologia se assenta numa forma de

prestação de serviço, baseada no modelo liberal de venda de serviços a uma minoria dominante que pode comprar seus serviços. O nosso desafio é então, produzir ofertas que possam responder a outras demandas ligadas ao sonho de uma sociedade mais justa."

Estiveram presentes diversas instituições representativas da sociedade e parceiros importantes, como vocês podem conferir abaixo:

Ana Maria Ragazzi, coordenadora de Saúde Mental de Betim; Andrea Maris Campos Guerra, representante da Associação Brasileira de Psicologia Social Seção MG (ABRASPSO); Fernanda Otoni Barros, representante da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Psicologia (ABEP); Francisco Goyatá, representante da Associação Mineira de Psiquiatria; Francisco José Machado Viana, Conselheiro Tesoureiro do CFP; Glauco Davi, representante da Associação dos Defensores Públicos de MG; José César de Moraes, coordenador de Saúde Mental da FHEMIG; José Francisco da Silva, Secretário Adjunto de Direitos Humanos; Levindo da Costa Pereira Júnior, representante do curso de Ciências Sociais da UFMG; Maria do Rosário Silva, representante da Associação dos Usuários de Saúde Mental de Minas Gerais; psicóloga Marisa Estela Sanabria Tejera, Consulesa da Espanha em Minas Gerais; Mauro Fernando Schimidt, secretário da FENAPSI; Neila Batista, vereadora de Belo Horizonte; Odair Santos Júnior, representante do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais; Rodrigo da Cunha Pereira, presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM); Simone Oliveira Franco, coordenadora Estadual de Saúde Mental; Sócrates de Araújo, representante da Associação Verde Esperança; Elizabeth Sá, ex-presidente do Sindicato dos Psicólogos; e Cornelis Von Stralen, do Mestrado de Psicologia Social da UFMG.

Neuropsicologia do Desenvolvimento

O III Encontro do Laboratório de Neuropsicologia do Desenvolvimento da UFMG será realizado no período de 23 a 26 de julho. Serão diversas conferências, mesas redondas e minicursos que abordarão assuntos nas áreas de neuropsicologia da linguagem, transtornos do desenvolvimento, neuropsicologia da consciência, psicopatologia, memória e envelhecimento, treinamento em habilidades sociais, diagnóstico, avaliação e reabilitação neuropsicológica que contarão com a participação de convidados nacionais e internacionais. Maiores informações pelo e-mail ou no site:

neuropsi@fafich.ufmg.br
www.labneuropsi.hpg.com.br



Em busca de alternativas à lógica neoliberal

Milton dos Santos Bicalho (*)

“Já se foi o carnaval, não fosse a Semana Santa poderíamos dizer que o ano já começou”. Assim se expressou um jornalista da grande rede de TV na quarta-feira de cinzas. Um certo pensamento “marqueteiro” que divide o tempo de acordo com os eventos que mexem com o mercado. De acordo com esse pensamento, este é o ano da Copa e das campanhas eleitorais - mas não precisamente das eleições.

Há muitos eventos, outras referências para contar o tempo – ou o correr do ano. Para um certo segmento da sociedade, no qual nos incluímos, este ano de 2002 teve, como marco de início, a segunda edição do Fórum Social Mundial. É desse ponto de ancoragem, a partir desse evento, que pretendo refletir.

Entre o final de janeiro e início de fevereiro, Porto Alegre sediou esse encontro para a elaboração de alternativas para a integração dos povos a partir de uma outra lógica, fora da lógica neoliberal. Privilégio para o Brasil por ter realizado o primeiro e o segundo, além de ter confirmado, para 2003, o III Fórum Social Mundial.

Antes de tratar da sua importância estratégica, na perspectiva de construir “um mundo melhor”, vamos aos números: estiveram presentes 51.300 pessoas de 131 países, dos quais 15.230 delegados de 4.909 organizações.

Depois do Brasil, com 8.503 delegados, as maiores delegações foram a da Itália, com 979 delegados; a da Argentina, com 924; a da França, com 682; e a do Uruguai, com 465.

A importância do evento também pode ser medida pelo número de jornalistas credenciados: 3.054 (50% deles brasileiros), de 48 países. Também trabalharam no evento 780 jornalistas free-lancers, oriundos de 33 países.

No acampamento da juventude ficaram hospedados 11.600 jovens de 48 países. E o “Forunzinho” Social Mundial reuniu 2.500 crianças.

O Fórum é hoje um ponto de encontro de idéias/propostas/práticas movidas pela utopia de que “um outro mundo é possível”. É resultado do movimento popular progressista, criando a interação e a solidariedade internacional. “A globalização, mas para o interesse geral da população”, como nos disse *Noam Chomsky* ali.

Em Porto Alegre, diariamente, numa maratona incessante de conferências, palestras e seminários aportaram experiências as mais diversas, pelos quais circularam informações que não são veiculadas pelos meios de comunicação que acessamos na mídia convencional do país. Vejamos, a seguir, alguns exemplos:

“Outras” notícias do Maranhão

Em 1987, foi instalada no município de Alcântara a base de lançamentos de foguetes – o Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), cuja manutenção e controle está sob a responsabilidade da Infraero, da Agência Espacial Brasileira e do Ministério da Aeronáutica. A construção dessa base se deu em terras de propriedade de remanescentes dos quilombolas que vivem em 276 comunidades, em um total de 3.600 famílias. A aeronáutica já removeu 312 delas e ameaça retirar outras 500.

Os remanescentes dos quilombolas que vivem no município de Alcântara (MA) estão impedidos de reproduzir e expandir suas famílias, pois estão proibidos de construir novas casas e, conseqüentemente, de manterem sua cultura secular.

Embora não haja uma proibição formal de que tenham filhos, a partir do momento em que se forma uma outra família, eles têm duas opções: ou continuam vivendo na casa dos pais ou migram para a periferia de São Luís, porque nenhuma casa pode ser construída pelos remanescentes dos escravos em suas terras. Por vias indiretas, a base de Alcântara vem promovendo uma “limpeza étnica”, porque a população ameaçada é toda ela constituída de negros. “Na medida em que o espaço físico é ameaçado, está também ameaçada a reprodução física”, disse o antropólogo *Alfredo Wagner Almeida*, no debate “Globalização e Militarismo”.

Demos este exemplo, dentre tantos outros apresentados, para mostrar como ali, no Fórum, ultrapassamos a cortina da hipocrisia da democracia racial.

Notícias do norte da América: o muro da vergonha

O México, que defende juntamente com os Estados Unidos a proposta da ALCA, é separado do vizinho por cerca de arame farpado onde milhares de mexicanos morrem anualmente tentando entrar no país com o qual têm “livre comércio”, mas não têm livre trânsito. Esta história, narrada por quem já a viveu ou a tem em proximidade geográfica, é repugnante, tamanha a crueldade das situações vividas.

O debate sobre esses temas traz elementos para entendermos, por exemplo, a violência na qual

estamos envolvidos. E cria a possibilidade de nos afastarmos da discussão ingênua dos humanismos requentados ou mesmo da hipocrisia e/ou má fé ao tratar dessas questões.

A violência de Estado, tanto interna quanto externa, na defesa dos interesses dominantes, tem sido a fonte da matriz cultural do ocidente. O Fórum Social Mundial, na sua grandeza, tem permitido juntar diversas pontas desta realidade – ou seja, a da denúncia, a da análise e a da proposição de ações, entre outras.

Muitos outros temas propositivos e ricos foram levantados – como as tecnologias alternativas ao modelo consumista das grandes corporações.

O Fórum Social Mundial conseguiu, em 2001, dialogar com os poderosos de Davos. Este ano, sua importância foi reconhecida pela ONU. Isso quer dizer que, além de garantirmos um espaço de afirmação e aposta de que “um outro mundo é possível”, mantivemos aberta a porta do diálogo da fraternidade.

A participação do Sistema Conselho

Nós, do Sistema Conselho de Psicologia, apresentamos três oficinas sob o tema “Modos de Subjetivação na construção de um outro mundo possível”:

- Desigualdade, subalternidade e autonomia;
- Diferença, preconceito e inclusão; e
- Redes Sociais, violência e solidariedade.

Essas oficinas, coordenadas por psicólogos pesquisadores, além de outros convidados, estão em perfeita consonância com o ideário do Fórum e do Compromisso Social da Psicologia. A Câmara de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, por sua vez, lançou a campanha “O preconceito racial humilha e a humilhação faz sofrer”.

O III Fórum Social Mundial de 2003 deverá ter uma nova metodologia: ele será precedido por Fóruns Regionais, que ocorrerão na Califórnia, Nova Deli, Quito e em um país africano a ser definido. No Brasil, continuamos apostando nos comitês regionais. Participamos, desde a fundação, do **Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial**, que se reúne quinzenalmente, às segundas-feiras, na Casa do Economista. Devemos, neste ano, como em 2001, organizar o **Fórum Minas Além das Gerais**.

Contatos com o Comitê Mineiro do Fórum:
COMITEFSM.MG@citylink.com.br
www.fsmmg.ongnet.org.br

(*) Milton dos Santos Bicalho, Conselheiro Presidente do CRP-04, é mestrando em Psicologia Social pela UFMG

PO
Política

Psicólogos da área de recursos humanos precisam registrar-se no Conselho Regional de Administração?

O texto abaixo foi publicado no Jornal do Psicólogo em junho de 1999, número 63. Como nossa categoria continua passando por constrangimentos e/ou incômodos devido à atuação do Conselho Regional de Administração (CRA), o X Plenário decidiu republicar a matéria abaixo, como orientação para a categoria. O CRP-04 coloca-se inteiramente à disposição dos colegas, através da sua Assessoria Jurídica, para tomar as medidas legais cabíveis relacionadas à questão.

Vários psicólogos têm buscado orientação no CRP/04, com dúvidas acerca da aplicação de multas pelos Conselhos Regionais de Administração a psicólogos que atuam profissionalmente com recrutamento, seleção, treinamento e consultoria na área de Recursos Humanos. Tal dúvida deve-se à alegação dos Conselhos de Administração de que tais atividades são função privativa de administrador. A questão a ser respondida, então, diz respeito ao cabimento, ou não da aplicação das mencionadas multas.

“Com base na legislação vigente torna-se, pois, descabida a imposição de multa por parte dos CRAs a psicólogos”

A Lei nº 4.119/62 disciplina a profissão do psicólogo e, em seu artigo 13, § 1º, alínea “b”, fixa como função privativa deste profissional “a utilização de métodos e técnicas psicológicas” com o objetivo, dentre outros, de “orientação e seleção profissional”.

Assim, uma vez inscrito no Conselho de Psicologia, pode o psicólogo exercer atividades relacionadas a recrutamento, seleção, treinamento e consultoria em Recursos Humanos.

Mais que isso. Só o psicólogo pode assim atuar, se tal atuação requer a utilização de métodos e técnicas psicológicas. Nenhum outro profissional pode fazê-lo.

A Lei nº 4.769/65, por outro lado, disciplinando a profissão de administração, prevê em seu ar-

tigo 2º, alínea “b”, que a atividade profissional de administrador será exercida mediante, dentre outros, a “pesquisa, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos da Administração, com administração e seleção de pessoal”.

Entretanto, o exercício permitido ao administrador não se confunde com aquele autorizado ao psicólogo. Repita-se: somente a esse profissional é dada a função de utilizar métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de orientação e seleção profissional.

Cabe a cada Conselho Profissional fiscalizar a atividade de seus profissionais, exclusivamente.

Como foi dito anteriormente, cabe ao psicólogo aplicar métodos e técnicas psicológicas para orientação e seleção profissional. Se sua atuação, no entanto, avançar sobre o terreno que a lei diz ser atividade específica do administrador, tem-se como hipótese virem os Conselhos de Administração denunciar atividade irregular, devendo o referido Conselho agir por meios adequados de denúncia, in-

clusive com representações relativas ao exercício ilegal da profissão. Não se admite, no entanto, vir o Conselho dos Administradores aplicar multas a profissionais que não estão sob a responsabilidade da sua fiscalização.

Com base na legislação vigente torna-se, pois, descabida a imposição de multa por parte dos Conselhos de Administração a psicólogos. Esses Conselhos só podem aplicar multas ou quaisquer outras penalidades a quem lhes é efetivamente filiado, não sendo o caso, portanto, do psicólogo.

“A prestação de serviços de psicologia na área de RH não obriga os psicólogos inscritos no CRP a nenhuma outra inscrição em Conselho”

Portanto, a prestação de serviços de Psicologia na área de Recursos Humanos não obriga os psicólogos ou empresas já inscritas no CRP a nenhuma outra inscrição em Conselho. A exigência, de acordo com a Lei 6.839 de 30 de outubro de 1980, é de que as pessoas jurídicas se inscrevam no Conselho Profissional da respectiva categoria.

Ainda que a legislação seja clara, foi necessário ao Conselho Federal de Psicologia, emitir a Resolução Nº 008/98, na qual determina em seu artigo 1º: “o psicólogo regularmente inscrito no Conselho Regional de Psicologia e que exerça as suas atribuições profissionais na área de Recursos Humanos não está obrigado a inscrever-se ou contribuir para o Conselho Regional de Administração.”

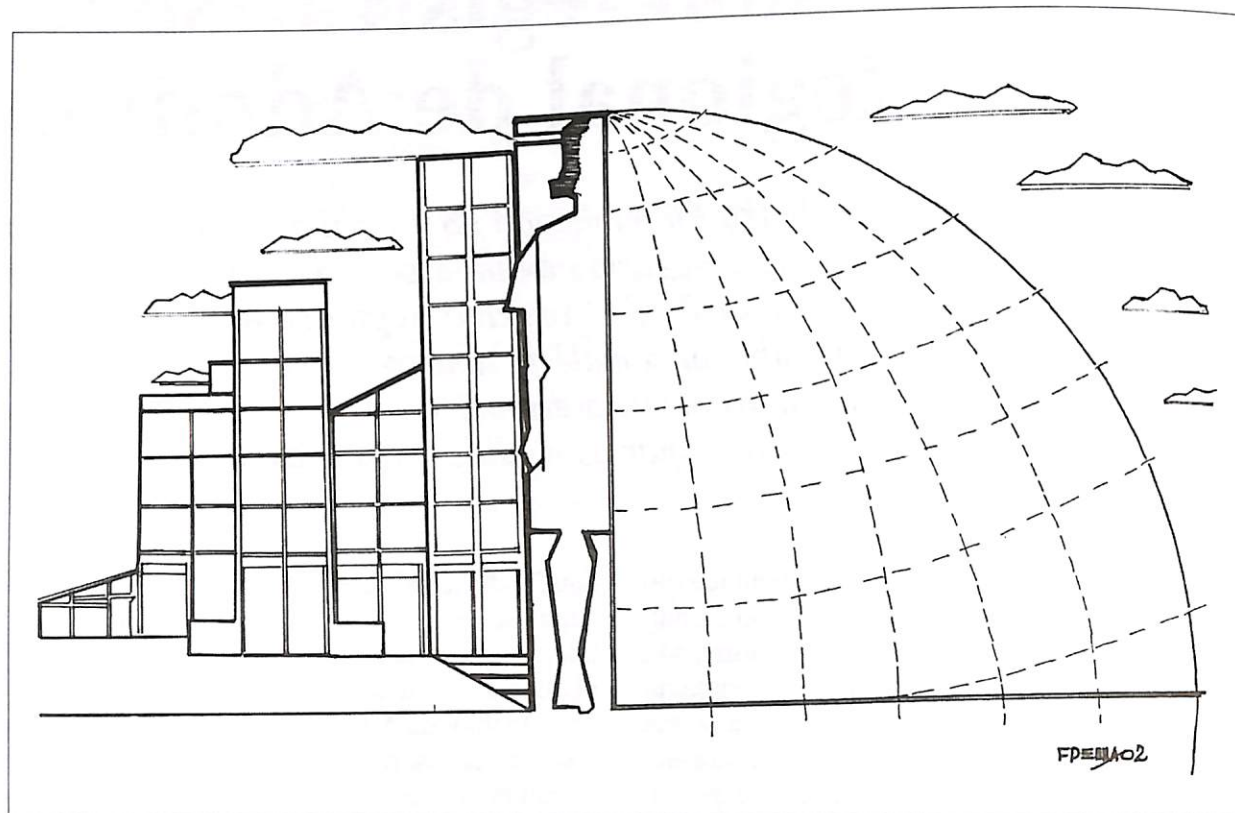
Mulheres e globalização

Não sejamos ingênuos: a igualdade entre homens e mulheres está muito longe de ser atingida. Algumas mulheres e alguns homens não vão concordar comigo e isso é previsível. Um dos motivos dessa atitude está relacionado com um discurso insistente que circula nos meios de comunicação e que se intensifica quando vai chegando o mês de março: a mulher já conquistou seu espaço na sociedade! Trabalha fora, tem mais anos de escolaridade, uma grande porcentagem é chefe de família, já não tem tantos filhos como antigamente... E, para ilustrar isso, aparecem mulheres ocupando cargos que tradicionalmente eram ocupados por homens; contam-nos histórias de mulheres independentes e felizes e é de suas bocas que saem frases como: "Discriminada, eu? Nunca, já somos iguais!". A esse tipo de abordagem chamarei de ingênuo (eu poderia utilizar outros termos como ideológica, interessada, manipuladora...) Ela é ingênuo pelos seguintes motivos: enfoca algumas conquistas que, de fato, muitas mulheres alcançaram e as generalizam para toda a população feminina; não contextualiza de onde vêm essas mulheres (fala em termos de "a" mulher...); apresentando falas das próprias mulheres, essa abordagem quer dar um toque de neutralidade, como se dissesse: "Estão vendo? Não sou eu quem diz isso, são as próprias mulheres!". Esse tipo de discurso tem, muitas vezes, um efeito perverso: as próprias mulheres dizem que já atingiram a igualdade, não há mais porque lutar. A questão é que, ao mesmo tempo em que muitas conquistas foram alcançadas, e de fato muitas mulheres desfrutam das mesmas, a situação de um

Apesar de muitas conquistas alcançadas, a situação de muitas mulheres no Brasil e no mundo ainda é de profunda desigualdade

grande número de mulheres no Brasil e no mundo é de profunda desigualdade. Tal constatação exige de nós, mais que nunca, solidariedade e não falsas crenças de que a igualdade de poucas significa a igualdade de todas.

Acredito que no mês das mulheres (e não somente nesse mês...) devemos, sim, comemorar e destacar todas as conquistas que foram fruto de uma forte luta ao longo da história e que permitem que muitas mulheres, na atualidade, vivam em



situações de maior igualdade. Mas não podemos parar por aí. Temos de ter três atitudes fundamentais. A primeira delas é a de olhar para trás, de resgatar a história das mulheres no Brasil, suas lutas e conquistas e também suas derrotas. Essa atitude nos permite avaliar o que se conquistou, mas principalmente o que ainda se tem por fazer. A segunda, é a de olhar para o presente. Qual é a situação das mulheres brasileiras, hoje? Fazer esse exercício no dia 8 de março de 2002 não pode estar separado de uma profunda reflexão sobre o fenômeno da globalização. Realizados esses dois movimentos, resta-nos um terceiro: olhar para o futuro e pensar nas alternativas para a transformação social do planeta, transformação essa que não pode ocorrer sem levar em consideração a realidade da condição das mulheres.

Sobre o passado, temos muito que contar. É importante que nós dediquemos a encontrar, no passado, as causas e formas da opressão das mulheres e também suas formas de resistência, com a finalidade de apoiar as reivindicações presentes, possibilitando-lhes uma identidade e a busca de ações transformadoras. Esse fator é relevante porque, ao constatar que temos uma história comum, que muitas das conquistas vividas no presente já haviam sido realizadas por outras mulheres, criamos uma idéia que deve ser central

nas reivindicações pela igualdade das mulheres: é a idéia de "nós", idéia de grupo, de coletivo. Essa luta já estava presente no Iluminismo, com mulheres como Olympe de Gouges que escreveu a "Declaração dos direitos da mulher e da cidadã", em 1791, e que, alguns anos depois, foi guilhotinada; na luta das sufragistas no final do século XIX e início do século XX que, reivindicando o voto feminino, afirmavam que a igualdade dos direitos humanos era consequência do fato de que toda a raça humana é idêntica no que diz respeito à capacidade e responsabilidade. Lutaram também as feministas dos anos 60/70 que, com a bandeira "o pessoal é político", denunciavam que uma das formas de opressão das mulheres era o trabalho doméstico, o controle dos seus corpos, das suas sexualidades, e reivindicavam creches, maior liberdade sexual, o aborto, criticavam a heterossexualidade como forma exclusiva de vivenciar a sexualidade. Nas décadas de 80/90, a grande reivindicação centrou-se nas diferenças entre as mulheres: o direito a diferenças como etnia, cultura, classe social, opção sexual.

No Brasil, a luta das mulheres foi intensa e nos levou a muitas conquistas importantes. Em 1932, as mulheres conquistaram o direito de votar e de serem eleitas. Em 1936, foi elaborado o Estatuto da Mulher, por Berta Lutz e Carlota Pereira de

o: um olhar não ingênuo

Claudia Mayorga (*)

Queiroz. Aquela foi uma das principais pioneiras do movimento organizado de mulheres no Brasil, levando para o cenário político campanhas para mudanças na legislação trabalhista e no código civil. Na década de 40/50, a participação das mulheres nos movimentos sindicais teve um aumento significativo. Em 1970, foi criado o grupo de mulheres que lutavam pela Anistia e foram fortes resistentes à ditadura. Em 1988, participam intensamente na elaboração da Constituição

Nas décadas de 40 e 50, a participação das mulheres nos movimentos sindicais aumentou muito; em 70, veio a resistência à ditadura

Federal Brasileira, garantindo uma série de direitos que dizem respeito à educação, saúde e trabalho. A década de 80/90 foi marcada pela reivindicação de políticas públicas que viabilizassem o que estava garantido na Constituição: se a igualdade formal estava em grande parte conquistada, a luta agora era por uma igualdade real, por uma profunda transformação e combate da realidade opressiva das mulheres.

Olhar para o passado permite-nos constatar, entre outras coisas, que muitas das reivindicações apresentadas são atuais, pertinentes ao contexto contemporâneo e devem ser reelaboradas quando constatamos as novas formas de exploração vividas pelas mulheres na atualidade. Isso nos leva a analisar o fenômeno da globalização, chamado por Michael Lowy e Frei Betto, no II Fórum Social Mundial de Porto Alegre, de "globocolonização".

Só é possível compreender a situação das mulheres brasileiras no mundo contemporâneo dentro do marco da globalização, caracterizada pela hegemonia norte-americana - os EUA, através do seu grande alcance mundial, possui poderosos aliados e sua ideologia, amplamente divulgada pela máquina da propaganda, é fortemente aceita. Articulam todas as formas de organização da economia, modalidades de especulação financeira, esquemas de superexploração dos trabalhadores, baseados em valores egoístas e hedonistas. Criam formas de vida e também de consumo - ao ponto de edificarem um mundo à imagem e semelhança do grande capital, monopolista e especulativo, funcional à sua reprodução sem impedimentos.

Através do monopólio militar, econômico, financeiro, tecnológico, dos meios de comunicação, os EUA impõem sua dominação num sistema mundial cuja existência impede a soberania nacional e a soberania popular de outros países, constituindo-se em um forte obstáculo à extensão e aprofundamento da democracia.

Emir Sader, no FSM de Porto Alegre, foi explícito: na globalização, os direitos são substituídos pelo poder de compra no mercado, os cidadãos pelos consumidores, os países pelos mercados, a livre informação pela propaganda mercantil, os debates políticos pelas campanhas de "marketing", as ruas e as praças pelos "shopping centers" e pelos condomínios fechados, os comícios e concentrações populares pelos pronunciamentos televisivos, a soberania nacional pelos capitais financeiros desregulamentados, a soberania popular pela opinião pública fabricada pela mídia financiada pelos grandes capitais¹. Tudo isso tem um efeito profundo nas dimensões sociais, políticas e culturais. A globalização está transformando o mundo em um grande mercado. E o que os movimentos anti-globalização estão gritando por todos os cantos do planeta é que o mundo não está à venda.

Sabemos - a história nos mostra isso - que a situação de opressão e desigualdade das mulheres, a dominação patriarcal, normalmente são definidas em função do sistema econômico dominante. Constatamos, no mundo contemporâneo, que a globalização anda de mãos dadas com a dominação patriarcal e a utiliza para seu maior proveito. Em outras palavras, a globalização está relacionada a fortes situações de desigualdade das mulheres, que podem ser constatadas em vários níveis no Brasil. E atenção: muitos dos sinais de desigualdade apresentam-se de forma muito sutil e é fundamental, nesse contexto, não ter um olhar ingênuo sobre a realidade. No mundo do trabalho, as mulheres continuam ganhando menos que os homens (em

média, ganham 65% dos salários dos mesmos), são assediadas sexual e moralmente, o que provoca um forte sentimento de vulnerabilidade - no mundo mercantilizado, se alguém não se submete às leis do mercado, logo, logo será excluído. Sem contar que é grande o número de mulheres no mercado informal, o que implica o não acesso a instrumentos para denúncia e de justiça. As jornadas duplas - muitas vezes triplas - provocam efeitos na saúde das mulheres. A saída para o mercado de trabalho não implicou, como se queria, na divisão das tarefas domésticas e do cuidado dos filhos e pessoas mais velhas da família. Alguns dados apresentados pelo IBGE mostram-nos outros elementos complicadores: o número de mulheres chefes de família cresceu na última década, e 20% delas são analfabetas (o que indica que o leque de opções laborais é muito pequeno), 90% não têm cônjuge e

A globalização foi muito bem classificada por Michael Lowy e Frei Betto, no Fórum de Porto Alegre, como globocolonização

90% se ocupam de afazeres domésticos. Cinco e meio milhões de mulheres que são chefes de família não possuem salários maiores do que 276 reais. Esses dados indicam um importante fator cada vez mais reforçado pela globalização - a feminilização da pobreza: mais mulheres trabalhando, muitas no mercado informal, ganhando pouco e esse pouco ainda é inferior ao que ganham os homens.

No mundo globalizado, onde tudo virou mercadoria, onde vender o produto é fundamental e onde o principal paradigma é o dos meios de comunicação, as mulheres ocupam um lugar que, dentro de um sistema como esse, não poderia ser diferente: objeto de consumo. E esse lugar é ocupado de diversas maneiras. As mulheres são cada vez mais submetidas a modelos de beleza impossíveis de serem atingidos, a imposição da juventude eterna está a serviço de um mercado que fatura milhões com produtos de beleza e estética, com cirurgias plásticas, com produtos alimentícios específicos... do cuidado de si mesma passamos à completa obsessão - mercado e patriarcado, uma vez mais andando de mãos dadas! Permanece a

Universidade

segue

Mulheres e globalização: um olhar não ingênuo - continuação do artigo das páginas 8 e 9

tentativa de controle dos corpos e sexualidades, insiste-se em instituir formas estereotipadas de ser mulher (e de ser homem também...) que estabelecem uma hierarquia de poder entre os gêneros, instituindo padrões de comportamento limitadores dos indivíduos, negando o acesso de umas e outros a determinadas experiências, atitudes e possibilidades na sua constituição como indivíduos. Os meios de comunicação divulgam insistentemente que a única forma de ser valorizada como mulher é através do corpo e da juventude. Isso me faz lembrar uma conversa que tive uma vez, com uma garota de 18 anos de idade, que me dizia: "Se eu não for bonita, o que é que eu vou ser? Se eu não cuidar da minha imagem, outras garotas ocuparão o meu lugar...". A crença que se divulga é mais uma vez: ou você se submete às leis do mercado, ou você está fora. As conseqüências psicológicas desse tipo de pressão vão desde a anorexia até o suicídio. E não me venham dizer que tudo depende da estrutura psicológica individual de cada mulher... Que sociedade é essa em que vivemos? Somos mesmo iguais?

A "mulher produto" é um fenômeno que está crescendo muito no mundo; há hoje mais de 9 milhões de mulheres na indústria do sexo

O outro lado da "mulher produto" é um fenômeno que está crescendo muito no mundo inteiro. É a indústria do sexo. Alguns dados demonstram que há pelo menos 9 milhões de mulheres nessa indústria. Algumas estimativas chegam a 40 milhões pelo mundo afora. Segundo as avaliações, 4 milhões de mulheres e de meninas são compradas e vendidas, no mundo inteiro, aos futuros esposos, aos proxenetas ou a comerciantes de escravas². A globalização liberal deu ao comércio sexual uma dimensão planetária. Essa internacionalização criou um vasto mercado de trocas sexuais, onde mulheres e crianças tornaram-se mercadorias consumíveis, disponíveis para a clientela masculina. Sabemos que o Brasil é um dos países onde o turismo sexual e a "exportação" de mulheres acontece em proporções bastante significativas. Não quero entrar, nesse momento, na polêmica sobre se deve ou não existir prostituição. O que deve ser esclarecido é que, no mundo atual, a prostituição não é, em muitos casos, uma escolha livre - está condicionada a situações de extrema pobreza, e muitas das envolvidas têm

sua origem em estruturas culturais de fortes desigualdades de gênero. Muitas mulheres brasileiras são enganadas por máfias que se dedicam a fazer promessas de felicidade, cobram uma quantidade imensa de dinheiro para levá-las do país e depois as obrigam a pagar viagem e hospedagem através da prostituição - e essa dívida é infinita. Como essas brasileiras chegam em situação de total ilegalidade - e o fenômeno da imigração não é hoje, em muitos países da União Européia, tratado com a devida importância -, elas não têm como reclamar direitos ou procurar formas eficazes de combate à violência que sofrem. Depois do tráfico de armas e do tráfico de drogas, as mulheres e crianças constituem o terceiro produto de interesse das redes de máfias.

Em outras palavras, o principal problema que as mulheres sofrem no mundo globalizado é a violência: no trabalho, através de assédios e dos baixos salários; em casa, através da violência doméstica e dos não pouco freqüentes estupros por familiares; na vida social, pela estereotipização dos papéis femininos, que limitam suas possibilidades culturais e pessoais de individualização; pelo tráfico de mulheres para prostituição e trabalho escravo, prostituição forçada e muitos outros exemplos que poderíamos enumerar aqui. Todos esses dados demonstram que as mulheres no Brasil continuam sendo cidadãs de segunda categoria, a elas ainda se negam direitos fundamentais. A partir dessa constatação, não é possível continuar afirmando que as mulheres atingiram a igualdade. E, quando me refiro à igualdade, não estou falando de identidade entre homens e mulheres. Aspiramos democracia, justiça, igualdade, liberdade... Nos últimos tempos, essas aspirações têm sido seriamente debilitadas pela hegemonia neoliberal que, ao colocar o mercado como eixo do ordenamento social, impossibilita qualquer sentido de cidadania.

Diante de tudo isso, cabe olhar para o futuro e pensar quais devem ser nossas ações para transformar essa realidade que nos salta aos olhos. Vou me dedicar a uma única estratégia que, para

mim, talvez seja uma das fundamentais: a solidariedade. No momento em que nos encontramos, a solidariedade consiste em algo que é muito mais que uma virtude, é uma questão de sobrevivência. E solidariedade não é a mesma coisa que compaixão. Não se trata de ajudar os mais fracos, os mais pobres e todos que necessitem. A compaixão se realiza numa relação assimétrica - o

Diante de tudo isso, cabe olhar para o futuro e traçar estratégias de ação para transformar a realidade; a principal delas é a solidariedade

mais forte dá ao mais fraco, o mais rico dá ao mais pobre, o mais igual dá ao desigual - e não é isso o que pretendemos com a solidariedade. A solidariedade deve ser sempre uma relação simétrica; ela consiste em fazer algo concreto que permita que as vontades individuais se agreguem a uma série de práticas de ajuda simétricas que tenham como resultado alcançar objetivos comuns que cada pessoa individualmente não poderia alcançar. Ser solidário é fazer comunidade; é invocar um "nós" acima de interesses e disposições individuais³. Somos solidários com aquelas pessoas que consideramos iguais e tal sentimento deve ser ampliado para todo o planeta. Incrementar os laços de solidariedade implicará que as mulheres e demais vítimas da globalização se transformem em protagonistas de sua própria libertação e resistência. Isso implica, entre outras coisas, valorizar a diferença, sem que essa seja sinônimo de desigualdade. Termino com o mesmo apelo que fiz no início deste texto: diante de tão fortes indicadores de desigualdade e de tantas conquistas por alcançar, não sejamos ingênuos, por favor.

1. SADER, Emir. *Soberania e democracia na era de hegemonia norte-americana. II Fórum Social Mundial de Porto Alegre*. In. www.portoalegre2002.org

2. *Marcha mundial das mulheres. A violência contra as mulheres. II Fórum Mundial Social de Porto Alegre*. In: www.portoalegre2002.org

3. VALCÁRCEL, Amélia. *A política de las mujeres*. Madrid: Cátedra, 2000.

(*) Claudia Mayorga Borges de Godoi é psicóloga, mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais e atualmente está cursando doutorado em psicologia social na Universidad Complutense de Madrid - Espanha. É membro do Centro de Estudos da Infância e Adolescência - CEIA.

UIN

Universidade

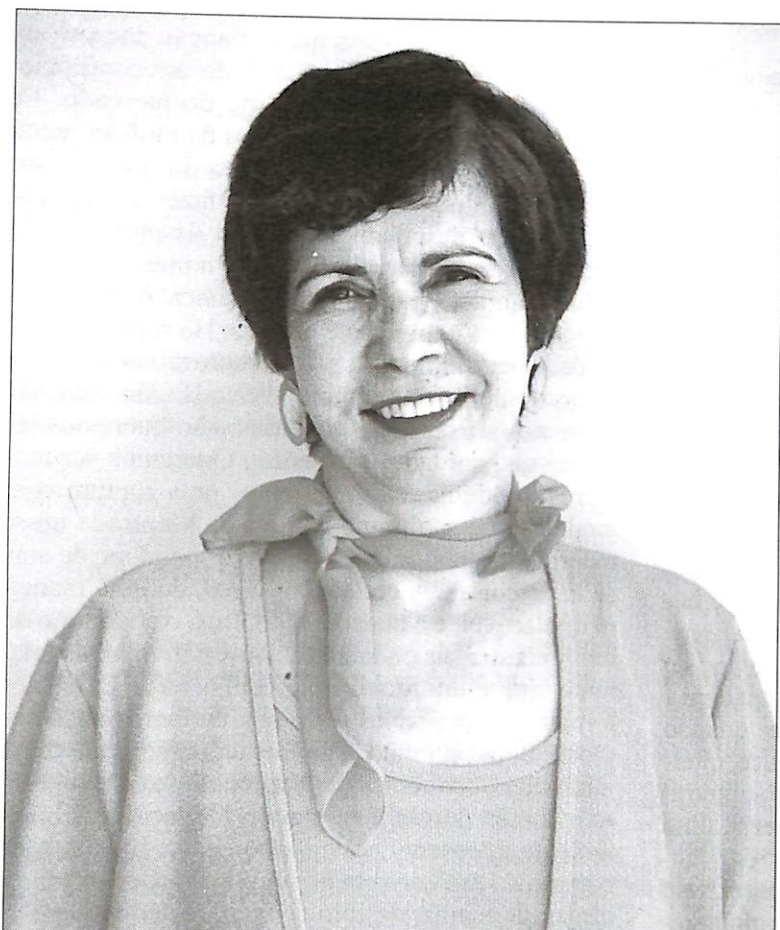
A mulher no mundo patriarcal: uma trajetória marcada pela busca do gesto transformador

A questão do feminino, o seu poder restaurador, os conflitos da mulher no mundo patriarcal. Esses foram alguns dos temas abordados pela psicóloga Marisa Sanabria em entrevista ao Jornal do Psicólogo. Numa conversa descontraída e muito esclarecedora, ela resgatou pontos fundamentais para uma compreensão acerca da trajetória feminina num mundo marcado pela afirmação do modelo do herói guerreiro.

Marisa Sanabria será responsável por uma oficina em uma das edições do Quartas no Conselho. Confira, a seguir, a entrevista.

A inserção da mulher num mundo patriarcal

A questão do feminino é decisiva e crucial nesse momento – para a mulher, para o homem e para o social. O mundo patriarcal, que é a estrutura do mundo atual, globalizado, é um mundo sem enigmas, sem mistério, retilíneo. Ele é predatório, excludente, moralizador e moralizante. E nesse contexto, o herói masculino é individual, se salva sozinho e não tem conflitos existenciais; ele não tem ambiguidades, indagações ou mistério. E quando a mulher entra no mercado produtivo, nessa trama institucional, ela passa a adotar o modelo do herói masculino, guerreiro. Esse herói masculino é conquistador, e não transformador. Nesse sentido, eu acho que há uma grande questão para a mulher: o gesto feminino é essencialmente transformador. Então, de alguma maneira, a mulher entra no mundo patriarcal incorporando esse gesto (do herói masculino, conquistador). Mas, ao mesmo tempo, ela mantém traços de uma trama onde a possibilidade da sua existência é



Marisa Sanabria analisa a questão do feminino e os conflitos da mulher no mundo patriarcal e na sociedade moderna em geral

dada pelo reconhecimento do outro. Ela vive sob esses dois paradigmas. Por exemplo, o que eu vejo muito nas oficinas são mulheres fantásticas, que têm reconhecimento profissional, muito competentes, ou, então, que dão conta sozinhas do sustento dos filhos. Mas essas mulheres precisam do reconhecimento que é dado pelo outro: ou porque estão casadas ou porque têm um companheiro etc. Então, ao mesmo tempo em que a mulher adota esse gesto patriarcal, que aparentemente é libertador, ela permanece presa a essa outra estrutura onde a legitimação é dada pela institucionalização, pelo outro, por alguém de fora. Nesse cenário, a mulher não pode envelhecer, para continuar sendo, fisicamente, um produto de consumo.

Trajетória própria

Mas, nessa história, é preciso considerar que a trajetória da mulher é diferente. Ela passa por muitas coisas. Por exemplo, pela possibilidade da indagação. A mulher pode fazer uma trajetória própria duvidando, se questionando, voltando atrás. Pode fazer uma trajetória própria com outro movimento, que não seja excludente, moralizador. Uma coisa que tem me chamado muito a atenção, sobretudo nas oficinas, é como a mulher tem uma crítica interna implacável, devastadora. Então, a mulher não consegue reconhecer que fez algo fantástico porque ela sempre acha que tem de fazer mais. A mulher sempre aceita mais responsabilidades. Outro fato que me impressiona muito também é que a mulher não conhece o poder restaurador do feminino. Eu tenho sentido que o feminino abre uma possibilidade extremamente restauradora. E a mulher, às vezes, se esquece de que a presença do feminino em sua vida pode ser o fio condutor que possibilite que ela, de alguma maneira, se concilie com sua história e possa engatar outros projetos, de



segue

A Mulher no mundo patriarcal - continuação da entrevista com Marisa Sanabria

uma outra maneira, não os projetos no modelo do mundo patriarcal. O que não quer dizer que a mulher não tenha de trabalhar, produzir, ter seu dinheiro. Esse é um gesto que não tem retorno. Mas quando eu falo do gesto feminino, eu falo em lidar com a produção de outra maneira. A mulher não sabe que ela tem de descansar. Então, eu falo dessa possibilidade de a mulher descansar, relaxar, soltar o controle das coisas: da casa, da família, das crianças, da escola, do dentista.... É um *plug* ligado o tempo inteiro, algo permanente, e a mulher vai engatando uma coisa na outra.

Eu tenho abordado nas oficinas a possibilidade de que a mulher possa trabalhar, claro, mas que possa também se desligar, possa descansar, possa perder o controle constante que ela mantém sobre si mesma e sobre os outros, e possa recuperar a alegria. Quer dizer, a possibilidade de recuperar um gesto mais leve, mais tolerante consigo própria, de escutar seu próprio corpo. As mulheres, de alguma forma, têm de recuperar o brilho. Eu penso que esse gesto de recuperar alguma coisa diz respeito à possibilidade de reinvestir na vida, com uma perspectiva de crescimento.

As oficinas

Nas oficinas, nós vamos trabalhando essa trajetória, essa viagem da mulher, que é a viagem do herói poeta, do herói artista. E a saída desse paradigma guerreiro, desbravador, para entrar em outro tipo de movimento. Então, nós trabalhamos a ruptura com a mãe, a relação com o pai, como nós éramos quando crianças. Como é a relação com esse crítico interno; como é a entrada da mulher no mundo subterrâneo. Qual é o mundo subterrâneo da mulher? Como ele é? Ele tem bichos, água, fogo, é escuro?

Eu trabalho isso tentando que seja algo leve. Nem sempre é possível. Mas tentamos que as mulheres recuperem um pouco a alegria, o movimento, a dança. As oficinas têm momentos muito dolorosos, às vezes, mas também há momentos muito alegres; as mulheres juntas riem muito: contam casos, piadas.

Conflitos

Quando a mulher entra no mercado de trabalho ela vivencia muitos conflitos. Em primeiro lugar, a culpa. Porque ela vive completamente dividida entre a maternidade – a vida doméstica, interna – e a vida pública. Então, a mulher vive isso como uma culpa constante. Quer dizer, isso não é um problema para o homem. E eu acho que sem dúvida o mundo patriarcal faz uso disso. Há uma questão que nós temos de ter um convencimento decisivo: o corpo da mulher nunca pertenceu a ela, em nenhum momento da história. O corpo da mulher sempre respondeu a questões econômicas, de governo, da estrutura do

*As mulheres, de alguma forma,
têm de recuperar o brilho.
Eu penso que esse gesto diz
respeito à possibilidade de
reinvestir na vida*

Estado. Então, por exemplo, quando os governos precisam que nasçam filhos, retira-se a pílula; quando querem que não nasçam mais crianças, incentivam a pílula (ou qualquer outro método anticoncepcional). O corpo da mulher é parte do mercado. Eu penso que esse é um dos conflitos da mulher, a culpa, todo esse não reconhecimento do que é a sua produção, toda a sua luta por ter de fazer muito mais. Há todo um despojamento e uma despreocupação que o mundo patriarcal permite ao homem mas que, definitivamente, não permite à mulher. A mulher se obriga a uma permanente escolha. Há rupturas muito decisivas. Por exemplo, a ruptura com a mãe, como modelo feminino doméstico. Então, nós não queremos ser como nossas mães: não queremos ser submissas, cordatas, as vítimas. Queremos ser mulheres 'modernas'. E aí fazemos uma ruptura com modelos que são muito próximos. A entrada nesse mundo patriarcal exige da mulher o abandono de uma série de coisas. A entrada no *logos*, de uma maneira implacável, é o abandono do Eros, o abandono do movimento mais ondulante, mais criativo, mais tolerante, que é um movimento com a vida. E, aí, nos tornamos o quê? Nos tornamos mulheres austeras, muito duras. E, então, a mulher tem esse gesto duro, implacável, controlador, e abandona todo o outro. Claro que essa dureza e esse gesto implacável primeiramente são exercidos com ela mesma. Eu acho que o corpo da mulher vem gritando por todos os lados: câncer de mama, de colo de útero, osteoporose etc. etc. Quer dizer que, de alguma maneira, é importante estar atenta para se iniciar outro tipo de movimento, que nos possibilite ser pessoas criativas, produtivas, sem termos de ser pessoas guerreiras. O que não quer dizer que devemos ser cordatas, porque você pode ser muito definitiva em seu gesto e

falar não com muita clareza. Há inúmeros trabalhos, por exemplo, sobre mulheres jovens, profissionalmente brilhantes, e amarradas a relações afetivas extremamente perversas. Então, na vida afetiva, essas mulheres não sabem dizer não, colocar limites, não sabem o que elas querem exatamente. Ou seja, toda essa dureza e esse gesto definitivo da vida no trabalho são coisas que elas não conseguem levar para a sua vida afetiva. E aí, é claro, alguma coisa fica muito desordenada, muito descompensada.

O corpo da mulher

Eu acho que o uso que a mídia faz do corpo da mulher é uma coisa devastadora, assustadora. É um uso grosseiro, sem nenhuma sutileza, delicadeza, sem nenhum respeito. E me assusta muito a maneira como a mulher jovem entra nisso. E não acho que devemos culpabilizar a mulher. Mas penso que ela deve estar mais alerta a essa questão, e não se prestar a um uso tão indiscriminado de seu corpo, onde ele acaba sendo algo descartável. A mulher torna-se algo substituível, como um copo de plástico, um guardanapo de papel, uma cerveja... E então, essa mesma mídia volta-se e diz: a mulher tem que se tocar para reconhecer sua mama (nas campanhas de auto-exame preventivo do câncer de mama). Mas como a mulher vai reconhecer sua mama se ela já injetou 3 quilos de silicone para poder estar no mercado de trabalho? Porque, senão, ela não pode estar na mídia.

Eu penso, realmente, que o feminino sempre foi alguma coisa não capturável. Ele escapa. Ele é imprevisível. E isso é algo que o sistema patriarcal não admite, não tolera. Então, antes, castigava-se a bruxa - e o castigo era em cima do corpo da mulher, com as torturas. Hoje, há um movimento constante de controle da sexualidade feminina. A utilização que a mídia faz do corpo da mulher implica que a sexualidade da mulher é igual à masculina. E isso não é verdade. Não é o mesmo gesto, não é a mesma atitude. Como afirma Baudrillard, a sexualidade da mulher não é retrátil, ela é permanente; a do homem é retrátil. E isso é algo que o mundo patriarcal não perdoa. Então, o uso do corpo da mulher é um pouco nesse sentido: um uso controlador de uma sexualidade que é, e sempre foi, transbordante. E que a cultura e a institucionalização sempre tentaram controlar, de várias maneiras.

(*) Marisa Sanabria Tejera é psicóloga, mestre em Filosofia pela UFMG, diretora do Centro Cultural Brasil-Espanha, consulesa da Espanha em MG, professora titular do Centro Universitário Fumec, tem vários trabalhos publicados e conferências proferidas sobre a questão da mulher.

EN
Entrevista

III Conferência Nacional de Saúde Mental: O rumo aprovado, a diversidade e o consenso

Paulo Sérgio dos Prazeres(*)

Percentual de Gastos em Minas Gerais, no Espírito Santo e no Brasil com Serviços Extra-Hospitalares, sobre o Total de Gastos em Saúde Mental (R\$)

Referência	Gastos com internações hospitalares	Gastos com recursos extra-hospitalares	% Gastos com serviços extra-hospitalares
MG	38.661.740,00	7.379.133,00	16,03%
ES	60.733.326,00	457.525,00	7,01%
Brasil	449.083.451,00	46.724.039,00	9,42%

FONTE: Caderno de textos da III Conferência Nacional de Saúde Mental, editado pelo Ministério da Saúde, em novembro de 2001/Brasília, DF.

tratamento.

Apesar do consenso, a marca da conferência foi a diversidade. A Saúde Mental mostrou-se possível no PSF, nos NAPS/CAPS, nos centros de saúde, nas igrejas, nas universidades, nas cidades. E afirmou-se pela solidariedade que, amálgama de todo o trabalho, sustentou e tem sustentado a força do movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil.

A participação dos usuários e seus familiares foi fundamental no processo. Ao afirmarem seus direitos, ao discutirem e conseguirem aprovar a proposta de extinção da eletroconvulsoterapia no Brasil, ao questionarem o autoritarismo e a exclusividade dos profissionais de saúde para cuidar dos doentes mentais - propondo que os serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico encontrassem formas de contratá-los como cuidadores de seus semelhantes - posicionaram-se como cidadãos e sujeitos do processo.

Na Conferência, foram aprovadas propostas que buscam a reversão da realidade atual do financiamento da Saúde Mental no Brasil, expressa na planilha acima. Merecem destaque a proposta de reversão de recursos das internações hospitala-

res para os serviços substitutivos e a que propõem garantir recursos específicos para os serviços de Saúde Mental.

Teve grande repercussão a premiação de experiências bem sucedidas da reforma psiquiátrica no Brasil, promovida pelo Ministério da Saúde. Das quinze experiências premiadas, quatro foram mineiras e uma, capixaba.

A III Conferência Nacional de Saúde Mental, enfim, foi um grande encontro! Aprovaram-se a criação de comissões de Reforma Psiquiátrica em cada esfera de governo, a inserção dos profissionais de Saúde Mental nos PSFs e várias outras propostas que buscam a consolidação da reforma psiquiátrica brasileira.

Creemos que as propostas apresentadas pelos psicólogos e pelos órgãos que coordenam suas ações foram aprovadas. O compromisso social da Psicologia, evidenciado na consistência das proposições que refletem este compromisso, tem semeado frutos na reforma psiquiátrica. Tomara que os loucos de todos os gêneros, juntamente com todos os parceiros da III Conferência, possam colhê-los logo.

(*) Paulo Sérgio dos Prazeres, Conselheiro Presidente da Câmara de Psicólogos da Saúde do CRP-04, é especialista em Saúde Pública

Referências bibliográficas:

- Silva, Marcus Vinicius Oliveira (org). *A Instituição Sinistra: Mortes Violentas em Hospitais Psiquiátricos no Brasil. Coletânea de relatos de morte de internos em hospitais psiquiátricos, CFP, 2001.*
- *Caderno de textos, III Conferência Nacional de Saúde Mental, Cuidar Sim Excluir Não, Ministério da Saúde 2001.*

De 11 a 15 de novembro de 2001, realizou-se em Brasília a III Conferência Nacional de Saúde Mental, cujo tema foi *Cuidar Sim, Excluir Não*.

Essa conferência foi o resultado dos esforços recentes dos movimentos sociais organizados, com destaque para o Movimento Nacional de Luta Antimanicomial, que sensibilizaram governos e sociedade para a realização de conferências municipais, regionais e estaduais. Nelas, foram eleitos delegados e apresentadas propostas para comporem a base das discussões da III Conferência Nacional de Saúde Mental.

O apoio dos psicólogos, representados pelo CFP ao movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira sempre foi público e notório. Na conferência, muitos psicólogos estavam lá, com participações importantes, tanto na apresentação de palestras, quanto nos trabalhos de plenária e em vários outros momentos.

A III Conferência movimentou Brasília com eventos paralelos, todos colocando em questão o cuidado aos portadores de sofrimento mental no Brasil. Destacamos aqui o "Tribunal dos Crimes da Paz", realizado no Senado Federal pelo CFP. Neste tribunal, o hospital psiquiátrico assentou-se no banco dos réus. Emocionante e elucidador de questões, esse evento mostrou-nos e reafirmou o porquê da necessária vigilância quanto ao hospital psiquiátrico. Testemunhas de acusação relataram mortes recentes de usuários internados nesses locais, causadas pelo descuido e pelo princípio de exclusão que fundamentam o tratamento nos hospitais.

Nesse mesmo evento, o CFP lançou o livro "A Instituição Sinistra - Mortes Violentas em Hospitais Psiquiátricos no Brasil", organizado pelo psicólogo Marcus Vinicius de Oliveira Silva. O livro demonstra, com absoluta coerência e capacidade técnica, que a única saída para o hospício é sua extinção.

O evento ocorreu no dia 11 de novembro de 2001, horas antes da abertura da Conferência.

A Conferência foi instigadora e conseqüente. As mesas de debate, as exposições e os trabalhos apresentados caracterizaram-se pela qualidade e diversidade dos temas.

As conferências são instâncias de participação popular do SUS que definem diretrizes a serem seguidas pelos governos na execução das políticas de saúde no Brasil. Nesta III Conferência de Saúde Mental houve um consenso: é imperativo dismantelarmos o hospital psiquiátrico como local de

PE

Perspectivas

A profissão de Psicopedagogo é um equívoco

O Projeto de Lei 3.124-A/97, de autoria do Deputado Barbosa Neto, dispõe sobre a regulamentação da profissão de Psicopedagogo, cria o Conselho Federal de Psicopedagogia e determina outras providências. O CRP 4º região é contra esse projeto.

A Psicopedagogia existe hoje como um curso de especialização, uma qualificação em nível de pós-graduação. Não há sentido em transformar uma área de especialização da Psicologia, de interface com a Pedagogia, em uma nova profissão. A especialização só pode ser deslocada de sua totalidade se, ao desenvolver-se, criar novo objeto:

Qual o objeto da Psicopedagogia?

Seria o aluno que tem dificuldade de aprender? Partindo do exame da legalidade de tal projeto, o Conselho ressalta que a Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962, que regulamenta a profissão de Psicólogo, no artigo 13, parágrafo 1º diz: "Constitui função privativa do Psicólogo, a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos: (a) diagnóstico psicológico; (b) orientação e seleção profissional; (c) **orientação psicopedagógica**, (d) problemas de ajustamento".

O CRP-04 frisa também que há esclarecimento e ratificação deste conteúdo no documento de Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho, na página 108: "Psicólogo educacional - Atua no âmbito da educação, realizando pesquisas, diagnósticos e **intervenções psicopedagógicas** em grupo ou individual..." (grifos nossos).

O Projeto de Lei, que já passou pela Comissão de Trabalho e Educação, atualmente encontra-se na Comissão de Justiça da Câmara. A essa, cabe o exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto. É preciso sinalizar politicamente que a categoria dos psicólogos não deseja a aprovação da matéria.

A mobilização dos psicólogos é um instrumento importante: somos 110.000 em todo o país, para pressionar os parlamentares da Comissão de Justiça, para bloquear a tramitação do projeto. De todos os projetos em tramitação na Câmara que dizem respeito à Psicologia, esse é o que inspira maiores cuidados em razão da não prevalência de nossa tese e do estágio avançado de tramitação em que se encontra, embora ainda possamos apresentar recursos ao Plenário e à Casa Revisora.

Entre em contato com a Câmara de Educação do CRP-04 para maiores informações. Vamos, juntos, enfrentar esse desafio!

Neuropsicologia e Aprendizagem

Será realizado nos dias 7, 8 e 9 de junho próximo, em Poços de Caldas (MG), o I Congresso Multidisciplinar de Neuropsicologia e Aprendizagem, no Centro de Convenções Palace Cassino. O evento envolverá profissionais das áreas de psicologia, neurologia, pedagogia, fonoaudiologia, fisioterapia e terapia ocupacional, além de outras pessoas interessadas no processo de aprendizagem.

Iepsi: muitas ações em 2002

O Instituto de Estudos Psicanalíticos (Iepsi) divulgou amplo calendário de atividades para o primeiro semestre deste ano. A nova diretoria, eleita recentemente para o período 2002/2004, está dando grande apoio às atividades, que incluem cursos, seminários, mesas-redondas, entre outros.

Para maiores informações, entre em contato com o Instituto pelo telefone (31) 3296-7544 ou escreva para o endereço: iepsi@ig.com.br.

Biblioteca Virtual em Saúde Mental

A Biblioteca Virtual em Saúde Mental (BVSM) é resultado de uma parceria entre a Escola de Enfermagem da USP e o Prossiga/IBICT. Essa biblioteca tem como público-alvo a comunidade de pesquisadores, especialistas, professores, gestores, administradores e estudantes que realizam pesquisas e estudos na área de saúde mental.

Confira:

www.prossiga.br/ee_usp/saudemental



Informe

Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)

Os profissionais de saúde e áreas afins já podem contar com a Biblioteca Virtual em Saúde, cujo objetivo é oferecer fontes de informação multimídia, subsidiando as ações de promoção, recuperação e assistência em saúde, bem como a capacitação e tomada de decisão nos diferentes níveis de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). A BVS é fruto de uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde. A plena implementação da BVS permitirá o acesso remoto às informações em saúde por meio de base de dados via Internet. Gestores e profissionais dos ramos afins poderão interagir e navegar no espaço de uma ou mais fontes de informação, independente de sua localização física.

Mais informações:

www.saude.gov.br ou
www.saude.gov.br/biblioteca/principal.htm

Novas Diretrizes Curriculares

O CRP-04 participou, nos dias 17 e 18 de janeiro de 2002, em São Paulo, do Fórum Aberto para Construção das Novas Diretrizes Curriculares para o Ensino de Graduação em Psicologia.

Como decorrência das discussões do evento, foi gerado um documento intitulado "Projeto de resolução de novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Psicologia", como relata o representante do CRP-04 presente no encontro, professor Alysson Massote Carvalho, da Coordenadoria de Programas de Ação Social Comunitária da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG.

O documento foi encampado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia e deverá ser homologado pelo Ministro da Educação para entrar em vigor, constituindo-se, portanto, nas novas diretrizes curriculares a serem observadas pelas instituições de ensino superior de todo o país.

Os interessados em conhecer a íntegra do documento podem se dirigir à sede do CRP-04.

Um espaço para orientação da categoria

Com esta nova Gestão do CRP-04, estamos inaugurando no JP um espaço reservado à Câmara de Ética (CET), para um diálogo com os psicólogos sobre a ética e o exercício profissional da Psicologia.

Pretendemos utilizar esse espaço para orientar a categoria sobre questões recorrentes em processos que se apresentam para apreciação e estudo na Câmara, além de promover discussões sobre ética na pós-modernidade, abordando temas como reprodução assistida, clonagem, terapia por internet, toxicomania e outros temas de interesse, na medida em que estamos diante de novas formas de sintoma na contemporaneidade.

Aproveitamos também esse momento para apresentar a Câmara de Ética e falar um pouco sobre a sua função e os seus projetos para os próximos três anos na gestão do X Plenário.

A principal função da CET é fazer a averiguação das denúncias referentes ao exercício profissional do psicólogo. A CET não tem a função de julgar as denúncias que vierem a configurar um processo ético, mas sim a de esclarecer os fatos e as circunstâncias em que os mesmos aconteceram, cabendo ao Plenário julgar se houve ou não uma infração ética.

O processo de averiguação dos fatos e circunstâncias segue o Código de Processamento Disciplinar, que dispõe como devem ser os procedimentos a serem seguidos nesses casos garantindo, assim, a transparência e legitimidade do processo.

Ressaltamos que o trabalho da CET tem caráter sigiloso, em virtude dos tipos de questões que

lhe são endereçadas, relativos ao exercício profissional, a processos administrativos, a infrações ao Código de Ética, a outras normatizações e legislações.

O sigilo dos trabalhos da Câmara de Ética traz credibilidade e confiabilidade a suas atividades, que garantem amplo direito de defesa às partes representadas em um processo, possibilitando somente aos envolvidos o acesso às informações levantadas durante a fase de averiguação. Os procedimentos adotados pela CET permitem que qualquer pessoa ou interessado denuncie ao Conselho fatos ou situações nas quais entenda que a Ética Profissional esteja sendo descumprida, sendo função do CRP-04 averiguar se tal denúncia é procedente.

A CET desenvolveu um planejamento de ações para o próximo triênio, que prevê, entre outras metas, a aproximação da Câmara com os psicólogos, estudantes e com a sociedade em geral, procurando ampliar, dessa forma, o trabalho sobre o tema "Ética" na multiplicidade de espaços de circulação dos saberes e fazeres da Psicologia. Pretende-se, para isso, além de usar o espaço institucional do JP, promover encontros e seminários para debates abertos com diferentes segmentos da sociedade, estreitar relações com as universidades, comparando a encontros sobre temas afins, de maneira a divulgar o Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Ou seja, a Câmara trabalhará com um conjunto de ações voltadas para uma perspectiva de questionamento sobre a dimensão ética no exercício profissional do psicólogo, contribuindo para o esclarecimento dos psicólogos e o reconhecimento da cidadania dos usuários de serviços psicológicos.

Assim, ao inaugurar a coluna da Câmara de Ética do CRP 04 no JP, reafirmamos nossa intenção de construirmos, aqui, um espaço para reflexão sobre a ética na nossa prática profissional, e desejamos, também, fazer dessa coluna um espaço aberto de interlocução com o(a) leitor(a), onde se dê o acolhimento de críticas e sugestões de temas referentes ao exercício profissional.

Portanto, caro(a) leitor(a) psicólogo(a), o êxito dessa empreitada dependerá também da sua participação! Contamos com você como parceiro nesse trabalho!

Psicologia das Habilidades Sociais

Maria Isabel S. Pinheiro (*)

O livro *Psicologia das Habilidades Sociais: Terapia e Educação* é um manual teórico-prático escrito por professores pesquisadores de uma área pouco explorada na literatura nacional, a área das habilidades sociais.

Um valor fundamental do livro é o seu sistema de organização. A princípio, enfatiza e discute a fundamentação teórica das habilidades sociais apontando para a carência e variabilidade de conceitos e modelos internamente mais coerentes. Em seguida, apresenta metodologias de diagnóstico e técnicas de intervenção. A segurança dos autores que se dedicam à pesquisa na área de habilidades sociais, certamente, capacitou-os para elaborar com simplicidade e clareza esse manual, auxiliando o leitor interessado em obter maiores conhecimentos na área, com vasta bibliografia.

O manual foi dividido em duas partes. Apresenta, na primeira parte, uma revisão das bases históricas da área de treinamento de habilidades sociais. Na segunda, os autores explicitam os aspectos teóricos e práticos da avaliação e apresentam diversas técnicas para a promoção das habilidades sociais em vários contextos, tais como clínico, escolar, trabalho e comunidade.

Para o leitor iniciante, a revisão histórica apresentada propicia uma orientação do processo pelo qual se desenvolveram as pesquisas sobre habilidades sociais no contexto internacional. Para o leitor conhecedor do tema, esta primeira parte contribui com uma revisão organizada e discutida, cumprindo com um dos objetivos deste primeiro livro publicado no Brasil sobre Psicologia das Habilidades Sociais.

Mantendo o perfil dos autores, que possuem várias publicações nessa temática, as técnicas apresentadas seguem o padrão científico tornando-se, portanto, distinto dos livros de auto-ajuda disseminados nas livrarias. Preserva, no entanto, uma leitura agradável de um tema indispensável nas relações humanas.

DEL PRETTE, Z.A.P., DEL PRETTE, A., Psicologia das Habilidades Sociais: Terapia e Educação. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

(*) Maria Isabel S. Pinheiro é professora da UFScar/ Laboratório de Interação Social/LIS



Orientação



Nas trilhas de trabalho comunitário e social

Paula de Paula (*)

Difícil tarefa a que recebemos de apresentar à categoria dos psicólogos, através do JP, o último livro de nosso professor e amigo William César Castilho Pereira, intitulado: “Nas Trilhas do trabalho Comunitário e Social: teoria, método e prática”, editado pela Vozes em parceria com o ISTA e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Para nós que o conhecemos e admiramos seu trabalho, porque nos identificamos com sua utopia de poder um dia viver em uma sociedade mais igualitária e fraterna, não nos surpreende a maneira instigante e apaixonada com que William escreve seu texto.

Embora tenhamos convivido com o princípio de suas idéias em trabalhos anteriores, não devemos correr o risco de nos apressar em comentar seu livro, sob pena de nos tornarmos superficiais. William inicia seu trabalho com pesquisa rigorosa de várias teorias sociológicas, fazendo demarcações sócio-econômicas e políticas na história de nosso século, demonstrando o fracasso da razão iluminista em não ter conseguido realizar seus propósitos de igualdade, fraternidade e liberdade na pós-modernidade. Para apontar para o eterno paradoxo entre a Razão e seu duplo, vividos pelos trabalhadores decididos que atuam na Saúde Mental em projetos na comunidade, utiliza-se de um conceito muito caro à Psicanálise: o “mal-estar”.

Conhecedor profundo da história dos movimentos sociais, ele nos apresenta um capítulo inteiro sobre os paradigmas que os sustentaram, desde a educação popular das Comunidades Eclesiais de Base, à de uma esquerda em crise (nova esquerda), até à do “novo sindicalismo”. O capítulo coloca em pauta a fase de institucionalização dos movimentos sociais que fortalecem, no cenário político dos anos 90, o crescimento das ONGs e as políticas de parceria do poder público com o 3º setor. Ele nos alerta para o fato de que este novo *ethos* institucional, que confere às ONGs maior acesso a recursos materiais, culturais e políticos em detrimento das organizações de educação popular, tem provocado uma desmobilização social comprometendo a própria bus-

ca de uma política cultural mais equitativa.

No capítulo III, William nos premia com sua síntese sobre as concepções e as metodologias do trabalho comunitário e social, baseadas nos modelos das CEBs, da abordagem psicossocial e da corrente institucionalista. Nada da teoria apresentada teria sentido nem faria de seu livro um livro teórico prático, como ele mesmo se propõe a ser, se ainda não nos oferecesse vários exemplos de atendimento no serviço público de saúde mental, delineando o que se pode nomear uma *clínica ampliada*. Todas as práticas apresentadas têm como marca registrada a luta contra um saber hegemônico a respeito da saúde e contra os modelos do centralismo autoritário. “Como uma nova maneira de fazer saúde pública, estes trabalhos quebraram ao meio as práticas corporativas, disciplinares e de especializações, introduzindo novos atores, novos temas e novas iniciativas”(p.275). Estas ações pressupõem a proposta de um trabalho multidisciplinar que foi certamente oportunizado após a instauração da reforma psiquiátrica brasileira. William cuida para nos conduzir pela trilha do entendimento sobre a contribuição do movimento da luta



antimanicomial, na reforma e na transformação da política nacional de assistência à Saúde Mental.

William encerra seu livro com um capítulo sobre as questões da subjetividade e dos processos grupais na educação popular, nos apresentando mais uma vez os processos, fenômenos e os vínculos dentro dos grupos bem como os diversos papéis representados pelos seus membros.

Não nos é possível descrever a riqueza do livro do William sem deixar de empobrecê-lo e a única maneira de cada um conferir seu tesouro é lendo-o por inteiro, fazendo dele suas apropriações.

(*) Paula de Paula, Conselheira Presidente da Comissão de Psicologia de Esporte do CRP-04, é Psicanalista, mestre pela Escola de Educação Física da UFMG; coordenadora de projetos de Esporte Social no programa Criança e Adolescente da Secretaria Municipal de Esportes; e professora do Instituto de Psicologia da PUC-MG

Contos da era de Freud

“O livro ‘Psicanálise e Literatura: seis contos da era de Freud’ representa uma aventura dos autores que se coloca entre a psicanálise, a literatura e, de certa forma, as artes plásticas (...). A obra mescla, na busca da verdade, o questionamento das situações dramáticas somado aos procedimentos da terapia analítica”. As palavras são do professor e crítico literário Fábio Lucas, sobre a obra dos psicanalistas da UFMG Lúcio Roberto Marzagão, Paulo de Carvalho Ribeiro e Fábio R. R. Belo, editado pela Oficina de Arte & Prosa.

IMPRESSO

